



Prova escrita objetiva – Nível Superior

PSICÓLOGO

Tipo 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **1 hora e trinta minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

1

Considerando-se a relação lógica existente entre os dois segmentos dos pensamentos (Millôr Fernandes) adiante citados, o espaço pontilhado que NÃO poderá ser corretamente preenchido pela conjunção mas é:

- (A) Guio bem, o motor do meu carro sempre foi pra mim um mistério insondável.
- (B) Condenam-se muito os excessos, também há um limite para o mínimo.
- (C) Eu sofro de mimfobia, tenho medo de mim mesmo, me enfrento todo dia.
- (D) A pobreza não é necessariamente vergonhosa, há muito pobre sem vergonha.
- (E) Pobreza extrema é quando uma pessoa não entra na favela, acha aquele ambiente grã-fino demais para ela.

2

Em manchete de janeiro de 2015, um jornal esportivo dizia o seguinte: “Vasco e Flamengo talvez joguem em São Paulo!”.

A manchete traz ambiguidade por causa de um problema de construção, identificado como:

- (A) emprego de palavras de duplo sentido;
- (B) mau uso da coordenação;
- (C) indistinção entre agente e paciente;
- (D) duplicidade de referências possíveis;
- (E) omissão indevida de termos.

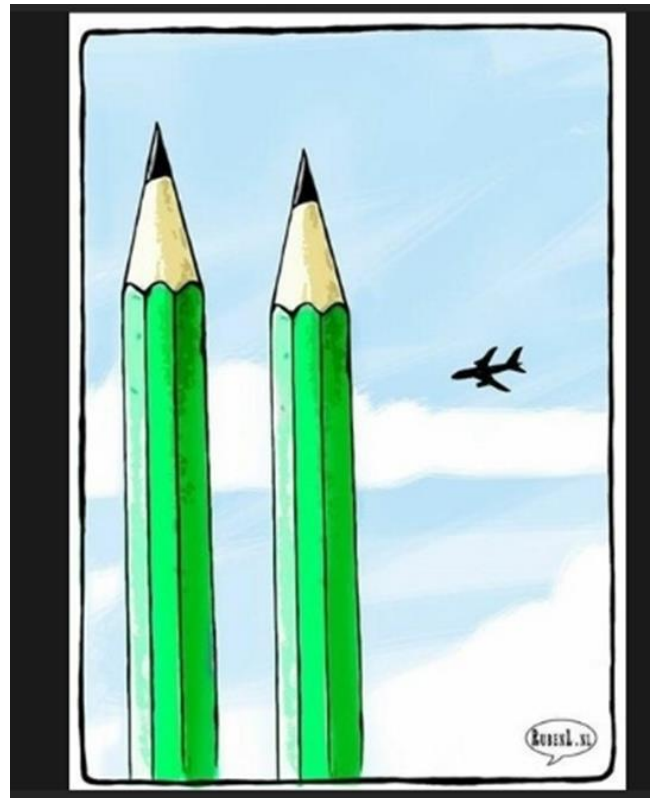
3

A única frase que NÃO apresenta desvio em relação à concordância verbal recomendada pela norma culta é:

- (A) A lista de assinantes da revista, uma vez autenticada pela direção, mostram profissões as mais estranhas possíveis.
- (B) Nenhum dos terroristas que vinham atacando alvos na Europa nos últimos meses apresentaram-se à Polícia.
- (C) Segundo a TAM, o voo teve seu atraso justificado, mas quem voaria para outros países foi transferido para outras companhias.
- (D) Os cães aprendem a andar com as próteses, equipamento que os ajuda a se deslocar de um lugar para outro.
- (E) Mas foram nos jogos da Copa do Mundo que a maioria dos jogadores conquistaram a fama que hoje justifica seus altos salários.

4

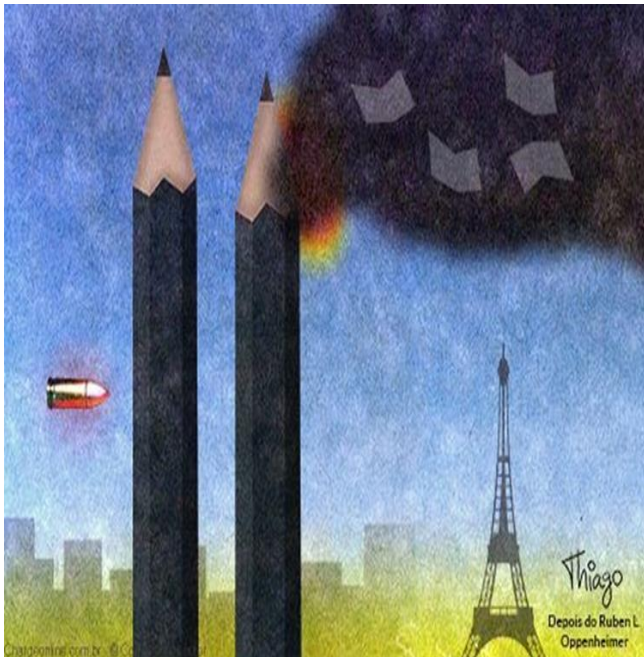
Observe a charge 1 abaixo, publicada por ocasião dos atos terroristas em Paris, em janeiro de 2015; a afirmativa INADEQUADA sobre a imagem é:



- (A) há uma referência clara aos ataques terroristas ocorridos nos Estados Unidos há algum tempo;
- (B) as imagens dos lápis indicam metonimicamente a profissão de algumas das vítimas;
- (C) a presença do avião indica a rapidez da comunicação com apoio da tecnologia nos dias de hoje;
- (D) a imagem mostra um ataque a valores culturais, aqui representados pela arte do desenho;
- (E) a imagem representa uma situação temporal anterior aos atentados e às mortes.

5

Observe, agora, a charge 2 a seguir; comparando-se essa imagem com a da charge 1, a afirmativa adequada é:



- (A) a bala à esquerda tem por alvo a Torre Eiffel;
- (B) a imagem da Torre Eiffel transfere a França para os Estados Unidos;
- (C) os lápis aqui representam as indústrias modernas;
- (D) a Torre Eiffel situa os atentados na cidade de Paris;
- (E) as folhas de papel no meio da fumaça mostram a relatividade da arte.

6

Observe agora a charge 3 sobre o mesmo tema. A afirmativa INADEQUADA sobre ela é:



- (A) a representação remete a uma famosa fábula, de que participam o lobo e a ovelha;
- (B) a ovelha indica a imprudência dos jornalistas na elaboração ofensiva das charges;
- (C) o lobo representa figurativamente a violência dos terroristas;
- (D) os personagens representam a disparidade de forças dos atos terroristas;
- (E) a ovelha mostra, em sua fala, a negação do direito à liberdade de expressão.

7

Na charge 3, a frase “Sabendo da sua intolerância” pode ser adequadamente substituída por:

- (A) Ao saber da sua intolerância;
- (B) Já que sei da sua intolerância;
- (C) Mesmo que saiba da sua intolerância;
- (D) Quando soube da sua intolerância;
- (E) Caso saiba da sua intolerância.

8

Na fala da ovelha (charge 3) há alguns problemas de correção; o fato linguístico que se opõe à norma culta da língua, nesse caso, é a:

- (A) mistura de tratamentos;
- (B) conjugação errada de verbos;
- (C) falha na concordância;
- (D) utilização de grafia errada;
- (E) ambiguidade de construções.

9

“Se eu não tivesse desperto e escutado o barulho, os ladrões teriam entrado”, declarou o proprietário do imóvel.

Se reescrevermos a frase acima, corrigindo a impropriedade gramatical que nela ocorre, teremos:

- (A) Se eu não tivesse desperto e tivesse escutado o barulho, os ladrões teriam entrado.
- (B) Se eu não estivesse desperto e tivesse escutado o barulho, os ladrões tinham entrado.
- (C) Se eu não estivesse desperto e estivesse escutado o barulho, os ladrões tinham entrado.
- (D) Se eu não estivesse desperto e tivesse escutado o barulho, os ladrões teriam entrado.
- (E) Se eu não tivesse desperto e tivesse escutado o barulho, os ladrões tinham entrado.

10

Entre as mensagens abaixo, a única que está de acordo com a norma escrita culta é:

- (A) Verifique os dados da conta a pagar. Clica neste botão!
- (B) Demonstra que você é esperto. Pague suas contas em dia.
- (C) Controla teu dinheiro e viaje tranquilo.
- (D) Não despreze as feias. Confira suas qualidades.
- (E) Em caso de fogo, procure os extintores. Pede o apoio da brigada.

11

Num açougue, um pequeno cartaz dizia: “Aqui, a única carne fraca é a do açougueiro”.

Considerando-se a situação de comunicação, o cartaz mostra uma:

- (A) desvalorização do produto a ser vendido;
- (B) informação desabonadora sobre o comerciante;
- (C) mensagem comercial de fundo humorístico;
- (D) informação justificadora de preços mais altos;
- (E) estratégia de atração para clientes do sexo feminino.

12

“Geralmente gastavam pouco, mas como haviam recebido bastante na colheita do algodão, a caminhada foi cheia de paradas para compras”.

Reescrevendo-se o período, mantém-se o sentido original apenas em:

- (A) A caminhada foi cheia de paradas para compras, uma vez que haviam recebido bastante na colheita do algodão, dado que geralmente gastavam pouco.
- (B) Havia recebido bastante na colheita do algodão, a caminhada foi cheia de paradas para compras porque geralmente gastavam pouco.
- (C) Porque haviam recebido bastante na colheita do algodão, geralmente gastavam pouco, e a caminhada foi cheia de paradas para compras.
- (D) Ainda que geralmente gastassem pouco, a caminhada foi cheia de paradas para compras, pois haviam recebido bastante na colheita do algodão.
- (E) Em virtude de gastarem geralmente pouco e de haverem recebido bastante na colheita do algodão, a caminhada foi cheia de paradas para compras.

13

A única frase que NÃO apresenta desvio em relação à regência (nominal e verbal) recomendada pela norma culta é:

- (A) O deputado insistia em dizer que o tema principal do projeto seria “o transporte ferroviário”, com o que discordava a grande maioria.
- (B) Enquanto a Espanha participava de uma discussão no grupo dos países de fala hispânica, do qual não pediu para integrar, a situação dos demais era tranquila.
- (C) Em busca de rápido enriquecimento, os médicos escolhem cuidadosamente aonde trabalhar, dando prioridade à locais de mais fácil acesso.
- (D) Um grupo da comunidade vizinha encontrou um carro de bebê deixado por outro morador inconsciente com a limpeza do local.
- (E) O regulamento possibilita conseguir-se um dia preferir o lazer ao descanso, o amor ao interesse e à aventura, a tranquilidade.

14

“Ao se apresentarem os projetos, chegou-se à seguinte conclusão: pôr em discussão esses projetos com outros menos caros equivaleria a julgar melhor o valor desses projetos, em vista do princípio geral que vem julgando os mesmos projetos”.

Transcrevendo o texto, substituindo as expressões sublinhadas por pronomes pessoais que lhes sejam correspondentes e efetuando as alterações necessárias, as formas adequadas seriam, respectivamente:

- (A) pô-los / julgar-lhes / os vem julgando;
- (B) por-los / julgá-los / vem julgando-os;
- (C) pô-los / julgar melhor o seu valor / vem-nos julgando;
- (D) por em discussão eles / julgar-lhes / os vem julgando;
- (E) por-los / julgar o seu melhor valor / vem julgando-os.

15

Dos verbos assinalados, só está corretamente empregado o que aparece na frase:

- (A) O atual síndico quer crecer a arrecadação de condomínios em cerca de 40%.
- (B) Os candidatos participaram das provas sem que a chegada com atraso prejudicou a organização.
- (C) Se fazer cálculos sobre os resultados do concurso já era difícil, agora tornou-se mais problemático.
- (D) O treinador ficará contente quando vencer metade dos jogos e transpor os adversários mais difíceis.
- (E) Por mais que os jogadores se esforçam nos treinos, a colocação na tabela está cada vez pior.

Noções de Direito

16

O Art. 359-D do Código Penal prevê o crime de Ordenação de despesa não autorizada, prevendo o preceito primário “ordenar despesa não autorizada por lei”.

Sobre tal delito, é correto afirmar que:

- (A) é norma penal em preto, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal é utilizada para complementar o tipo;
- (B) admite a modalidade culposa de acordo com o Código Penal;
- (C) é classificado como crime de conduta omissiva;
- (D) consuma-se apenas quando é efetivada a despesa não autorizada por lei, não bastando a simples ordenação;
- (E) é crime próprio, pois o sujeito ativo é o funcionário público competente para ordenar despesa.

17

A ordem constitucional de 1988, mantendo a tradição brasileira, seguiu o sistema federativo. Assim, a existência de uma Constituição Federal denota que:

- (A) todos os entes federados estão submetidos aos comandos estatuídos pela União, somente podendo legislar quando autorizados por esta;
- (B) a união dos entes federados é provisória, podendo ser dissolvida sempre que for o desejo do povo, que pode ser consultado em plebiscito;
- (C) todos os entes federados contam com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si;
- (D) existe uma descentralização política entre os entes federados, que exercem as competências ali previstas;
- (E) existe uma união indissolúvel entre Estados, Municípios, Territórios e o Distrito Federal.

18

A partir das diretrizes constitucionais a respeito da estruturação dos tribunais dos Estados, analise as afirmativas abaixo:

I – O Tribunal de Justiça sempre funcionará de forma centralizada, sendo vedado o aumento da despesa pública com a criação de órgãos colegiados fora da capital do Estado.

II – O Tribunal de Justiça deve ter as suas competências definidas na Constituição da República, o que assegura a unidade de organização entre todos os Estados da Federação.

III – É facultado ao Tribunal de Justiça propor, ao Poder Legislativo, a criação da Justiça Militar estadual, que pode contar com um Tribunal de Justiça Militar como órgão de segundo grau.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

19

Bernardo e Paulo estavam prestes a ser nomeados para ocupar cargos públicos no Estado de Santa Catarina, sendo certo que o primeiro ocuparia um cargo de professor, já que fora aprovado em concurso público, e, o segundo, um cargo em comissão. O Chefe da Diretoria de Pessoal comunicou que ambos estavam obrigados a apresentar declaração de bens por ocasião de sua posse, acrescentando que a declaração de Paulo seria publicada no órgão oficial do Estado. É possível afirmar, à luz da Constituição do Estado de Santa Catarina, que a conduta do Chefe da Diretoria de Pessoal é:

- (A) constitucional, pois todo agente público deve apresentar declaração de bens por ocasião da posse, mas somente a declaração do ocupante de cargo em comissão é publicada;
- (B) inconstitucional, já que informações de natureza patrimonial dizem respeito à intimidade do agente público;
- (C) constitucional, pois o princípio da hierarquia autoriza que cada órgão administrativo defina as regras de conduta a serem observadas pelos agentes públicos inseridos em sua estrutura;
- (D) inconstitucional, já que, por imperativo de isonomia, não poderia ser estabelecido tratamento diferenciado entre Bernardo e Paulo;
- (E) constitucional, pois o direito à intimidade não pode ser invocado pelos agentes públicos, adstritos que estão, em todos os atos de sua vida, ao princípio da publicidade.

20

Na relação entre o funcionário ocupante de cargo público e a Administração Pública existe um especial dever de lealdade e confiança, pois aquele passa a ter conhecimento sobre determinados fatos apenas em razão de sua função, fatos estes que muitas vezes são sigilosos e não podem ser revelados. Considerando isso, analise os itens a seguir:

I – revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo;

II – modificar ou alterar sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação da autoridade competente;

III – facilitar revelação de fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo.

Pratica o crime de Violação de Sigilo Funcional, previsto no Art. 325 do Código Penal, aquele que realiza as condutas previstas nos seguintes itens:

- (A) somente I;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

21

Cometeu crime previsto na Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93), aquele que:

- (A) praticou delito de homicídio, matando um funcionário público que, à época do ilícito, era integrante da Comissão Permanente de Licitação;
- (B) apropriou-se, na qualidade de funcionário público, de valor de que detinha a posse em razão do cargo, que seria utilizado para pagar sociedade empresária vencedora de licitação;
- (C) desviou, para si, valendo-se da função pública que exerce, os bens adquiridos pelo poder público após processo licitatório;
- (D) frustrou, mediante ajuste, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- (E) subtraiu, para si, coisa alheia móvel decorrente da adjudicação do objeto da licitação, mediante grave ameaça ou violência à pessoa.

22

Alexandre é servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e está lotado no gabinete de determinado desembargador. Em matéria de regime jurídico, com amparo no texto constitucional, é correto afirmar que a Alexandre:

- (A) não se aplica a vedação constitucional de acumulação de cargos e empregos públicos;
- (B) não se aplica o teto constitucional de remuneração de servidores públicos;
- (C) aplica-se o benefício do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- (D) aplica-se a estabilidade, após três anos de efetivo exercício;
- (E) aplica-se o chamado regime geral de previdência social.

23

Paulo, presidente da mais importante empresa pública do Estado de Santa Catarina, foi acusado da prática de crime de responsabilidade perante o Tribunal de Justiça desse Estado. Considerando as normas válidas e eficazes da Constituição do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que o Tribunal de Justiça:

- (A) não tem competência originária para julgar nenhuma autoridade por crime de responsabilidade;
- (B) somente tem competência originária para julgar os Juízes de Direito por crimes de responsabilidade;
- (C) tem competência originária para julgar certas autoridades por crime de responsabilidade, estando o presidente de empresa pública entre elas;
- (D) somente possui competência recursal para julgar os acusados de crimes de responsabilidade;
- (E) tem competência originária para julgar certas autoridades por crime de responsabilidade, não estando o presidente de empresa pública entre elas.

24

A disciplina estabelecida na Constituição do Estado de Santa Catarina, afeta à Administração Pública estadual, permite afirmar que:

- (A) a Administração Pública indireta é formada apenas por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, de natureza empresarial;
- (B) a constituição e a extinção de sociedades de economia mista devem ser autorizadas em lei;
- (C) a Administração Pública indireta é formada apenas por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público, de natureza autárquica;
- (D) somente a constituição de subsidiárias de sociedades de economia mista deve ser autorizada em lei, não a sua extinção;
- (E) somente a constituição de sociedades de economia mista deve ser autorizada em lei, não a sua extinção.

25

O Estado de Santa Catarina, por meio de delegação legal, criou uma autarquia estadual para prestar determinado serviço público, observadas as formalidades legais. Trata-se de fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, conhecido como:

- (A) desagregação;
- (B) desdobramento;
- (C) descentralização;
- (D) desmembramento;
- (E) desconcentração.

26

Maria, deficiente visual, dirigiu-se ao posto de saúde municipal para consulta de urgência, com dor abdominal aguda. A paciente foi encaminhada para exame de raio X. Mesmo estando cientes da deficiência visual da cidadã, os funcionários da unidade de saúde não adotaram as medidas pertinentes consistentes em cuidados especiais com a locomoção e acomodação de Maria para evitar acidentes e, durante o exame, a paciente sofreu uma queda. O tombo ocasionou-lhe traumatismo crânio-encefálico, causa de sua morte, que ocorreu dois dias depois. No caso em tela, aplica-se a responsabilidade civil:

- (A) exclusiva, direta e pessoal de todos os funcionários que agiram com culpa;
- (B) subjetiva do Município, sendo imprescindível a comprovação da culpa de seus agentes;
- (C) solidária entre o Município e os funcionários que agiram com culpa;
- (D) subsidiária do Município, que somente responde pelos danos causados por seus agentes caso eles sejam insolventes;
- (E) objetiva do Município, sendo desnecessário comprovar o elemento subjetivo de seus agentes.

27

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar o seguinte sobre a licença-prêmio:

- (A) o servidor ocupante de cargo exclusivamente em comissão faz jus a três meses de licença-prêmio, a cada quinquênio de efetivo exercício;
- (B) é permitida a conversão da licença-prêmio em pecúnia, em valor não inferior a cinquenta por cento da remuneração do servidor;
- (C) a requerimento do servidor, a licença-prêmio será gozada de forma fracionada, em parcelas não inferiores a cinco dias;
- (D) interrompe-se a contagem do quinquênio, se o servidor sofrer, no período, pena de suspensão ou faltar ao serviço, sem justificção, por mais de dez dias;
- (E) após cada triênio de serviço público estadual, o servidor ocupante de cargo efetivo faz jus a licença-prêmio, com remuneração integral, pelo período de um mês.

28

Os agentes administrativos gozam de uma série de prerrogativas de direito público que permitem ao Estado alcançar os fins a que se destina. Nesse contexto de poderes administrativos, é correto afirmar que o poder:

- (A) discricionário possibilita ao administrador adotar qualquer postura com base em seu interesse particular, desde que alegue atender à finalidade pública;
- (B) regulamentar está relacionado à prerrogativa da Administração de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação;
- (C) de polícia é exclusivamente exercido pelas forças de segurança pública, tais como as polícias militar e civil na esfera estadual;
- (D) soberano é titularizado temporariamente pelo Chefe do Poder Executivo, enquanto estiver no efetivo exercício do mandato eletivo;
- (E) jurisdicional é exercido pelo Chefe do Poder Executivo, nos casos que envolvam questões administrativas afetas à sua esfera de poder.

29

Antônio, servidor público estadual ocupante do cargo efetivo de médico, lotado na Secretaria Estadual de Saúde, exigiu, para si, diretamente, a quantia de dez mil reais, a fim de elaborar laudo médico que atestasse a incapacidade laborativa da igualmente servidora estadual Paula. Por conta da narrada exigência de vantagem indevida, Antônio cometeu crime de:

- (A) concussão;
- (B) peculato;
- (C) exercício ilegal da medicina;
- (D) corrupção ativa;
- (E) corrupção passiva.

30

Felix, oficial de justiça, foi à casa de André para dar cumprimento a mandado de citação em ação penal em que este figurava como réu. No local, encontrou o denunciado, que arrumava suas malas para fugir do país. Diante da situação, resolveu solicitar R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para certificar que o acusado não foi localizado na diligência, o que foi efetivamente realizado mediante pagamento da quantia.

O crime praticado por Felix foi de:

- (A) corrupção passiva;
- (B) prevaricação;
- (C) corrupção ativa;
- (D) modificação ou alteração não autorizada no sistema de informações;
- (E) concussão.

Conhecimentos Específicos

31

Uma empresa iniciou um processo de desenvolvimento organizacional como forma de suporte a uma mudança em sua estratégia de negócio. A fase de diagnóstico apontou a necessidade de atenção especial ao desenvolvimento das habilidades de relacionamento interpessoal dos colaboradores, especialmente os de média e alta gerência, a fim de favorecer o trabalho em equipe, a flexibilidade, a criatividade e mitigar eventuais hostilidades. Para tal objetivo, são mais adequadas as seguintes técnicas de desenvolvimento organizacional:

- (A) treinamento de sensibilidade e desenvolvimento de equipes;
- (B) reunião de confrontação e retroação dos dados;
- (C) desenvolvimento de equipes e treinamento no cargo;
- (D) reunião de confrontação e *coaching*;
- (E) treinamento de sensibilidade e *coaching*.

32

Uma pesquisa sobre valores e expectativas de recompensa no trabalho realizada junto a uma equipe apresentou os seguintes resultados: a maioria dos membros da equipe valoriza as relações pessoais, o bom clima organizacional e a cooperação; a maioria está satisfeita com o salário; a maioria percebe que seus esforços são menos recompensados que os esforços dos colegas. De acordo com as teorias de motivação, a maioria dos membros do grupo apresenta:

- (A) necessidade de afiliação e percepção de equidade;
- (B) necessidade de realização e percepção de iniquidade;
- (C) necessidade de poder e percepção de iniquidade;
- (D) necessidade de realização e percepção de equidade;
- (E) necessidade de afiliação e percepção de iniquidade.

33

Na reunião de trabalho de uma equipe, os funcionários A e B entraram em conflito sobre a melhor forma de abordar determinado problema. Como não houve consenso, a reunião foi suspensa pelo gerente. Outra reunião foi marcada, mas, desta vez, A enviou uma mensagem a toda a equipe, informando que não iria participar da nova reunião e declarando abertamente sua hostilidade em relação a B. Os conflitos descritos são, respectivamente, de:

- (A) processo e relacionamento;
- (B) tarefa e relacionamento;
- (C) tarefa e processo;
- (D) ambos de relacionamento;
- (E) ambos de processo.

34

Um gerente identificou em sua equipe um funcionário com grande potencial para crescer na empresa. O funcionário tem boa formação técnica, capacidades conceituais e analíticas bem desenvolvidas, bom relacionamento interpessoal e atitude proativa. No entanto, o gerente considera que o funcionário precisa “conhecer melhor a interação entre as diversas áreas e os projetos mais complexos que a empresa desenvolve”. Para atender a esse objetivo, seriam adequados os seguintes métodos de desenvolvimento de pessoas:

- (A) tutoria e treinamento comportamental;
- (B) atribuição de comissões e posições de assessoria;
- (C) participação em seminários externos e rotação de cargos;
- (D) posições de assessoria e treinamento comportamental;
- (E) atribuição de comissões e participação em seminários externos.

35

Uma empresa atua em um ambiente de forte concorrência, adotando estratégia de negócio prospectiva e ofensiva. Nesse contexto, a estratégia de recursos humanos relativa ao treinamento e desenvolvimento de pessoas deve estar voltada para:

- (A) treinamento específico e comparação de habilidades;
- (B) treinamento genérico e comparação de habilidades;
- (C) treinamento individual e construção de habilidades;
- (D) treinamento específico e construção de habilidades;
- (E) treinamento genérico e construção de habilidades.

36

Um estagiário foi contratado pela empresa em que trabalhava, assumindo o cargo de analista, mas desempenhando as mesmas atribuições de antes. A partir do momento em que assumiu o cargo, tornou-se mais sério e contido em sua expressão verbal, passou a usar roupas de cor sóbria e se afastou dos demais estagiários com quem costumava almoçar. Seu chefe perguntou a razão dessas mudanças, e o estagiário respondeu “- Não sou mais um estagiário, devo me comportar de acordo com o meu cargo e minha responsabilidade”. Isso sugere que houve, por parte do estagiário, uma mudança de:

- (A) comprometimento normativo;
- (B) expectativa de papel;
- (C) percepção de papel;
- (D) norma de desempenho;
- (E) norma de comportamento.

37

Uma equipe de cinco pessoas é responsável por projetos de grande complexidade. Cada um é especialista em sua área de atuação e as decisões acerca do trabalho a ser realizado exigem interação e troca de ideias, e muitas vezes surgem conflitos entre os membros da equipe. Nas situações de conflito, observa-se que o gerente intervém buscando fazer com que cada um “ceda um pouco”, de forma a construir um compromisso para as ações futuras. A abordagem de administração de conflitos utilizada pelo gerente é:

- (A) colaboração;
- (B) não enfrentamento;
- (C) concessão;
- (D) acomodação;
- (E) competição.

38

O depoimento judicial de crianças e adolescentes, especialmente no caso de violência sexual, é assunto polêmico, rebatido em diversas oportunidades por vários especialistas, assim como pelo Conselho Federal de Psicologia. Entre os argumentos mais conhecidos contrários ao chamado depoimento sem dano ou depoimento especial de crianças, é correto afirmar que:

- (A) a vitimização secundária causa fundamentalmente menos prejuízo do que a primária, cabendo dar prioridade a essa última;
- (B) o depoimento judicial desrespeita a vontade da criança em manter o silêncio, confundindo o direito de expressão com a obrigação de depor;
- (C) o psicólogo exerce ações compatíveis com sua prática científica e ética profissional, sendo incoerente a presença de outros profissionais na realização das mesmas tarefas;
- (D) as questões da criança enquanto vítima são idênticas às da criança enquanto testemunha de crime, sendo redundante o depoimento em mais de uma ocasião;
- (E) a penalização do autor do delito não gera necessariamente efeito positivo à vítima e a seus familiares, devendo esses últimos fazerem terapia no intercurso do processo judicial.

39

As consequências da violência doméstica contra a criança podem assumir várias formas, tanto em quantidade quanto em intensidade, embora seja difícil determinar precisamente o impacto produzido sobre ela. A esse respeito, é INCORRETO afirmar que:

- (A) a violência praticada por um desconhecido tende a produzir menos dano para a criança do que aquela cujo autor é parente próximo;
- (B) o auxílio de profissionais especializados ou a intervenção de operadores do direito são fatores que contribuem para reduzir o dano oriundo da violência;
- (C) o apoio que a criança recebe por parte de outros familiares significativos tende a minimizar os efeitos do ato violento;
- (D) o afastamento da criança do lar doméstico elimina o prejuízo emocional decorrente da violência;
- (E) um elevado grau de autoestima da criança tende a neutralizar os efeitos adversos da violência.

40

Ao desenvolver o complexo de Édipo e situar a bissexualidade nos fundamentos da libido, Freud organiza a posição sexuada, homem e mulher, de acordo com a dialética daquilo que Lacan chama de significante da falta, a saber:

- (A) o Nome do Pai;
- (B) o simbólico;
- (C) a fantasia;
- (D) a estrutura;
- (E) o falo.

41

Ricardo está separado há cerca de dois anos de Patrícia, que possui a guarda exclusiva de seus dois filhos. Ele possui o 'direito de visita' em finais de semana quinzenais. Mas, ultimamente, o filho mais velho vem manifestando vontade de permanecer mais tempo em sua companhia. Com efeito, Ricardo ajuizou uma ação de guarda compartilhada, cujo pedido foi contestado pela outra parte, alegando que seu interesse era tão somente diminuir a pensão alimentícia. Patrícia também argumenta que Ricardo não possui carteira assinada, portanto, sem estabilidade financeira. Por fim, ela ressalta que a vontade de conviver por mais tempo com o pai é de apenas um dos filhos e não do outro. O caso foi encaminhado para avaliação psicológica.

Considerando que ao psicólogo cabe não apenas avaliar, mas também mediar, encaminhar, orientar e prestar esclarecimentos, o correto seria o profissional esclarecer às partes que:

- (A) uma vez definida a guarda, ela não poderá mais ser modificada, salvo em casos excepcionalíssimos;
- (B) o pedido de guarda compartilhada é o melhor caminho para a revisão da pensão, já que passará a ser dividida meio a meio;
- (C) o fato de não haver acordo entre as partes impede o exercício da guarda compartilhada, sendo mais indicada, nesse caso, a guarda exclusiva;
- (D) a ausência de emprego fixo pode gerar instabilidade financeira, sendo, no caso acima, impeditivo para a guarda;
- (E) mesmo que os irmãos manifestem vontades distintas, o ideal é que eles estejam sempre juntos e não haja diferenciação entre eles.

42

Um grupo em uma fábrica executa tarefas repetitivas, desagradáveis e estressantes. Como forma de compensar essa situação, o comportamento de liderança mais adequado seria:

- (A) democrático;
- (B) diretivo;
- (C) participativo;
- (D) apoiador;
- (E) orientado para resultados.

43

Francisco e Ruth estão separados há três anos e possuem uma filha em comum, com atuais seis anos de idade. Nunca definiram judicialmente a guarda da criança. Porém, desde que Francisco iniciou novo relacionamento, Ruth não permite que ele fale com a filha ao telefone, nega-se a dar informações sobre o rendimento escolar e, mais recentemente, mudou de endereço de forma imotivada e sem comunicar o novo local de residência. Com efeito, Francisco ajuizou uma ação de alienação parental que, por sua vez, foi encaminhada pelo juiz para avaliação psicológica.

Com respeito à Lei nº 12.318/2010, é correto afirmar que:

- (A) considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança induzida por um dos genitores, não se aplicando nos casos em que não houver guarda;
- (B) a prática de ato de alienação parental constitui violência psicológica e negligência física contra a criança, configurando descumprimento dos deveres inerentes ao pátrio poder e do direito da criança à convivência familiar;
- (C) o laudo pericial terá base em ampla avaliação psicológica, compreendendo entrevista pessoal e avaliação da personalidade dos envolvidos, excluído o exame de documentos dos autos;
- (D) assegurar-se-á à criança e ao genitor garantia mínima de visitação assistida, ressalvados os casos de iminente prejuízo à integridade física ou psicológica da criança, atestado por profissional designado pelo juiz para acompanhamento das visitas;
- (E) a perícia será realizada por profissional habilitado, não sendo exigida aptidão comprovada para diagnosticar atos de alienação parental a menos quando houver iminente risco de prejuízo à integridade física ou psicológica da criança.

44

A Síndrome de Alienação Parental (SAP) foi o termo proposto por Richard Gardner, na década de 80, para descrever os casos em que a criança ou o adolescente são programados a repudiar o genitor alvo da alienação por sentimento de mágoa, ressentimento ou vingança do genitor dito alienador. Sobre a SAP, é correto afirmar que:

- (A) o alienador coloca-se como emocionalmente forte, fazendo com que a prole se alinhe em seu favor e contra o outro genitor;
- (B) nas situações de falsa denúncia de abuso sexual, o alienador tende a ficar desapontado ao saber que a criança não foi violentada;
- (C) a campanha denegatória contra o genitor alvo da alienação inicia-se depois da separação, não sendo configurada como tal durante a união conjugal;
- (D) os conflitos de lealdade exclusiva podem ocorrer em todas as idades, mas os filhos de 9 a 13 anos de idade são mais flexíveis em seus julgamentos morais;
- (E) dentre os padrões de comportamento do alienador, há o de viajar sem os filhos e deixá-los com outras pessoas que não o outro genitor, mesmo que isso seja justificado.

45

Em *Homossexualidade e Adoção* (2007), Uziel destaca que os novos modelos de família não são absorvidos pelos profissionais da justiça, que ainda fazem referência ao modelo biológico. Daí decorre o medo em relação à adoção por homossexuais ou lésbicas que, por sua vez, põem em questão a adequação ilusória entre procriação e parentesco. A reticência de tais profissionais deve-se a diversos preconceitos, já derrubados por pesquisas. Ao contrário dos preconceitos predominantes na área, os estudos comparativos atestam que:

I - Não existem diferenças significativas na escolha de objeto sexual tanto por parte de filhos de casais homossexuais quanto de heterossexuais.

II - Existem outros elementos importantes na vida das crianças, entre os quais, a tranquilidade, que varia em função do tipo e do grau de atrito entre os pais, sejam homossexuais ou heterossexuais.

III - Não há tendência a se reconhecer na parceira da mãe a figura do “pai”, mas outra mãe ou uma irmã mais velha.

IV - Mães homossexuais se empenham para que seus filhos tenham contatos sociais variados.

V - Entre gays e lésbicas é mais costumeiro contar com o apoio de amigos que entre heterossexuais.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I, II e III;
- (B) somente I, II, III e IV;
- (C) somente I, II, IV e V;
- (D) somente II, III, IV e V;
- (E) I, II, III, IV e V.

46

Através da Resolução nº 11/2001, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina instituiu o Serviço de Mediação Familiar, promovendo a participação efetiva de profissionais, entre os quais psicólogos, interessados em cooperar em sua implantação e execução. Nesse contexto, são tarefas do mediador:

I - estabelecer sua credibilidade como terceira pessoa imparcial e explicar o processo e as etapas da mediação;

II - acompanhar os pais na busca de um entendimento satisfatório a ambos, visando aos interesses comuns e de seus filhos;

III - encorajar a manutenção de contato entre pais e filhos e equilibrar o poder entre os cônjuges, favorecendo a troca de informações;

IV - buscar as causas dos problemas dos desentendimentos conjugais a fim de provocar mudanças mais profundas nos indivíduos;

V - redigir ao final dos encontros as decisões tomadas durante a mediação, em linguagem simples, clara, coerente e adequada.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I, II e V;
- (B) I, III e IV;
- (C) II, III e IV;
- (D) I, II, III e V;
- (E) I, II, IV e V.

47

O adolescente Francisco, 12 anos, foi apreendido tomando para si um frasco de óleo de bronzear na loja Compre Bem. O adolescente é primário e alegou que assim procedeu porque queria ir à praia com amigos. Em referência à prática desse ato infracional, de acordo com o ECA, é correto afirmar que:

(A) a autoridade judicial deverá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, antes de iniciado o procedimento judicial para apuração do ato infracional;

(B) o Ministério Público deverá conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo, antes de iniciado o procedimento judicial para apuração do ato infracional;

(C) o Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, antes de iniciado o procedimento judicial para apuração do ato infracional;

(D) a Defensoria Pública poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, iniciado o procedimento judicial para apuração do ato infracional;

(E) o Ministério Público deverá apresentar acusação em face do adolescente pelo ato infracional por ele praticado.

48

A entidade Esperança e Amor, que atende meninos entre 6 e 15 anos, foi procurada espontaneamente por João, 10 anos, às 20 h de uma terça-feira. O infante solicitou acolhimento emergencial, dizendo ter sido agredido e expulso de casa pelo pai alcoolizado. O dirigente da instituição alegou que não poderia acolher o menino sem que houvesse determinação judicial para tanto.

Segundo as disposições contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), o dirigente da instituição:

- (A) agiu equivocadamente, pois as entidades que mantêm programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 horas ao Juiz da Infância e Juventude, sob pena de responsabilidade;
- (B) agiu acertadamente, pois a medida protetiva de acolhimento institucional da criança e do adolescente somente poderá ser determinada pela autoridade judicial competente, sendo passível de responsabilização o agente público ou privado que agir em desconformidade com o estabelecido na lei;
- (C) agiu erroneamente, pois as entidades de acolhimento institucional poderão, em caráter de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, com comunicação do fato ao Conselho Tutelar, em até 48 horas, sob pena de responsabilidade;
- (D) agiu acertadamente, pois as medidas de proteção aplicáveis às crianças e aos adolescentes devem ser aplicadas após verificação da violação dos direitos e é necessária a apuração da veracidade dos fatos relatados pelo menino que demandou o acolhimento institucional;
- (E) agiu erroneamente, pois as entidades que mantêm programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação do Conselho Tutelar, fazendo comunicação do fato em até 24 horas ao referido órgão, sob pena de responsabilidade.

49

O Estatuto da Criança e do Adolescente considera, no tocante à adoção, que:

I – É medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.

II – Atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

III – Podem adotar os maiores de 21 (vinte e um) anos, independentemente do estado civil.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

50

O gerente de uma empresa recebeu os resultados das avaliações de desempenho de seus subordinados. A empresa em que trabalham é familiar e tradicional, preza-se a hierarquia e o tempo de casa, e esta foi a primeira vez em que houve uma avaliação de desempenho do tipo 360 graus. Os resultados das avaliações não foram bons e o gerente reuniu-se com os subordinados para falar sobre o assunto. Na reunião, o gerente manteve-se de pé e declarou que os resultados do grupo eram “uma vergonha, depois de tantos anos de dedicação à empresa” e que todos deveriam ler os relatórios de avaliação de cada colega do grupo, “como forma de encontrarmos onde falhamos e quem deveria ter trabalhado melhor”. Decorrido certo tempo depois da reunião, o clima no grupo era de desânimo e desmotivação e o absenteísmo aumentou. Os seguintes aspectos do processo de comunicação podem ter contribuído para o efeito observado:

- (A) canal de comunicação inadequado e aspectos emocionais;
- (B) *feedback* inadequado e sobrecarga de informações;
- (C) mensagem mal codificada e sobrecarga de informações;
- (D) mensagem mal codificada e aspectos emocionais;
- (E) *feedback* e canal de comunicação inadequados.

51

Com relação à Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), é correto afirmar que:

- (A) aos idosos a partir de 70 (setenta) anos que não possuam meios para prover a sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de meio salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);
- (B) a obrigação alimentar segue ordem sucessiva, sendo os descendentes diretos os prestadores preferenciais;
- (C) o Estatuto do Idoso destina-se a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos;
- (D) é dever da iniciativa particular e do poder público o apoio à criação de universidade aberta para as pessoas idosas;
- (E) o acolhimento de idosos em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, caracteriza a dependência econômica para efeitos legais.

52

“Os conhecimentos que construímos estão embebidos no contexto temporal, cultural, espacial em que são criados e, assim, considera-se que as formações da subjetividade não podem ser compreendidas desligadas da formação social na qual se constituem.” (MANCIBO, D. Indivíduo e Psicologia. In JACÓ-VILELA, A. (org.) Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999).

Na perspectiva histórica, a Psicologia Jurídica constituiu-se como:

- (A) um saber centrado principalmente na práxis do psicodiagnóstico;
- (B) um conhecimento crítico acerca da realidade sociopolítica e econômica;
- (C) um instrumento de introspecção e descoberta da singularidade;
- (D) um campo experimental acerca do funcionamento institucional e educacional;
- (E) uma área de investigação dos processos oníricos e inconscientes do psiquismo humano.

53

“As primeiras referências à utilização do discurso “psi” na sociedade brasileira datam das primeiras décadas do século XX, pouco após a criação do Juízo de Menores, em 1923, e da promulgação do Código de menores de 1927. (...) É digno de nota que (...) estivesse representada a nata da sociedade brasileira (...), por seu intermédio a sociedade foi apresentada às teorias mais avançadas da época.” (SANTOS, E. P. S. Desconstruindo a menoridade: a psicologia e a produção da categoria menor. In BRANDÃO, E. et GONÇALVES, H. S. *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU, 2011).

Naquele contexto social, a psicanálise foi valorizada como um saber:

- (A) importante pela valorização da singularidade e reconhecimento da diferença humana;
- (B) útil para os programas de eugenia e para o controle e transformação dos indivíduos;
- (C) valioso pela descoberta do inconsciente e de suas repercussões na personalidade;
- (D) imprescindível para compreensão do processo de desenvolvimento psicosssexual infantil;
- (E) fundamental para entendimento dos processos oníricos como manifestação dos desejos.

54

Carlos e Renata estiveram casados por 5 anos, durante os quais Renata buscou ajuda psicoterápica em função de ser constantemente agredida fisicamente pelo marido. Em meio à separação conjugal, na disputa pela guarda da única filha do casal, Renata contratou a sua psicoterapeuta, Marília, como assistente técnica no processo litigioso pela guarda da menina.

Segundo a Resolução nº 008/2010, do CFP, Marília:

- (A) não poderá atuar como assistente técnica nesse processo, por ser psicoterapeuta de Renata;
- (B) poderá atuar como assistente técnica nesse processo, desde que preserve o sigilo sobre o processo terapêutico;
- (C) poderá atuar somente como perita nesse processo, desde que na avaliação de ambos os envolvidos;
- (D) não poderá atuar como assistente técnica nesse processo, pois não conta com o consentimento de Carlos;
- (E) poderá atuar indistintamente como assistente técnica ou perita nesse processo.

55

“Em 1984, com a edição da LEP (Lei de Execuções Penais), instituiu-se a avaliação criminológica como requisito para que o condenado atingisse a última fase da *individualização da pena*. (...) Após a aplicação da sanção caberia aos técnicos do sistema carcerário classificar os condenados com o intuito de definir programa *ressocializador* e avaliar seu comportamento durante a execução de forma a orientar a decisão do magistrado.” (CARVALHO, S. O papel da perícia psicológica na execução penal. In BRANDÃO, E. et GONÇALVES, H. S. *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU, 2011).

Com o advento da Lei nº 10.792/03, que deu nova redação à LEP e estabeleceu a não obrigatoriedade do laudo, espera-se dos psicólogos, na seara da execução penal, que:

- (A) diligenciem a obtenção de dados reveladores da personalidade, inclusive pela requisição de informações acerca do condenado;
- (B) desenvolvam trabalho propositivo de elaboração de programas de tratamento penal, objetivando a redução dos danos causados pelo processo de prisionalização;
- (C) classifiquem e diagnostiquem os condenados à pena privativa de liberdade, principalmente daqueles submetidos a penas com regime inicial fechado;
- (D) avaliem o cotidiano do apenado, realizando exames periciais e pesquisas criminológicas que retratem o perfil do preso para auxiliar nas decisões judiciais dos incidentes de execução;
- (E) realizem prognósticos de não delinquência, requisito subjetivo obrigatório para concessão do livramento condicional, através da avaliação do mérito e da personalidade durante a pena.

56

Durante uma operação da Polícia Civil que fiscalizava a prostituição infantil, duas adolescentes de 16 e 17 anos foram flagradas em uma boate e levadas para a delegacia especializada, onde prestaram depoimento para um inquérito que investiga prostituição infantil e turismo sexual. Sobre essa situação, é correto afirmar que:

- (A) as adolescentes deverão ser autuadas e responder por ato infracional análogo ao delito de favorecimento da prostituição;
- (B) feita a confirmação pelos órgãos da rede básica de saúde, os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes serão notificados ao Conselho Tutelar;
- (C) os responsáveis pelas adolescentes deverão ser responsabilizados criminalmente por desídia na educação e proteção das jovens;
- (D) as jovens deverão ser encaminhadas para o sistema de garantia de direitos para ter acesso a serviços e atendimentos necessários a sua proteção integral;
- (E) só ficará caracterizado o abuso sexual se o contato de um agressor adulto com as adolescentes for físico.

57

Uma funcionária recém-contratada gostaria de conhecer melhor a cultura da empresa em que começou a trabalhar. Para isso, ela poderia observar:

- (A) o clima organizacional, os critérios de avaliação de desempenho e o grau de satisfação dos clientes;
- (B) a linguagem utilizada, os critérios de seleção de funcionários e o mercado em que a empresa atua;
- (C) os critérios de seleção dos funcionários, os critérios de promoção e os rituais;
- (D) o número de sócios da empresa, os rituais e o comportamento dos colegas de trabalho;
- (E) o grau de satisfação dos clientes, o clima organizacional e o comportamento dos colegas de trabalho.

58

A triste história dos orfanatos romenos criados no regime comunista no país mostra de maneira dramática as consequências da privação social e afetiva no desenvolvimento físico e psicológico de bebês. Atualmente, no Brasil, a inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar tornou-se preferencial à institucionalização. Sobre a medida judicial de acolhimento familiar, é correto apontar que:

- (A) o acolhimento familiar conta como estágio de convivência e a família acolhedora terá preferência na adoção ou guarda definitiva da criança ou adolescente sob sua guarda;
- (B) o programa de acolhimento familiar oportuniza um atendimento individualizado, a convivência familiar e a criação de vínculos afetivos com os guardiães temporários;
- (C) o acolhimento em família é a medida protetiva e socioeducativa que melhor prepara as crianças e adolescentes acolhidos para a colocação em família substituta;
- (D) a mudança periódica dos acolhidos para outras famílias acolhedoras cadastradas protege as crianças e adolescentes de aprofundarem vínculos que são, por definição, provisórios;
- (E) como detentora da guarda da criança ou adolescente, a família acolhedora poderá se opor a terceiros, inclusive aos pais, e determinar a suspensão da visitação da família de origem.

59

Em 2011, uma juíza de Infância e Juventude determinou a internação compulsória de crianças e adolescentes usuários de crack que viviam nas ruas da cidade e, em 2012, determinou a internação compulsória de um adulto usuário de crack: uma mulher de 22 anos, grávida de oito meses.

De acordo com o que dispõe a Lei nº 10.216/2001, que trata dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais:

- (A) a internação psiquiátrica de crianças e adolescentes dependerá de prévia autorização do juiz com competência menoril;
- (B) os usuários de crack perdem a capacidade de autonomia para consentirem ou decidirem por uma internação voluntária;
- (C) as crianças e adolescentes que vivem nas ruas permanecerão internados por falta de suporte social e familiar para o tratamento ambulatorial;
- (D) a internação involuntária se dá a pedido de cônjuge, pais, descendentes do paciente ou de seu responsável legal;
- (E) o atendimento extra-hospitalar só será indicado quando a internação, em qualquer de suas modalidades, mostrar-se insuficiente.

60

Sidney Shine no livro *Avaliação Psicológica e Lei* escreve que “A avaliação psicológica em contexto forense ou jurídico precisa ser reconhecida pelo que ela é: uma modalidade específica de avaliação com características intrínsecas ao seu objeto e objetivo”. Em comparação com a avaliação psicológica no contexto clínico, a especificidade da avaliação psicológica no contexto jurídico é determinada pelo (a):

- (A) uso de testes psicológicos projetivos e pela realização de entrevistas com parentes ou pessoas próximas do sujeito sob avaliação;
- (B) produção de um registro documental decorrente da avaliação realizada;
- (C) implicação de um terceiro na relação de trabalho entre o psicólogo e o sujeito;
- (D) busca voluntária pela avaliação psicodiagnóstica;
- (E) desinteresse do sujeito na determinação do resultado da avaliação.

61

O transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) é um dos problemas de saúde mental mais associados à vitimização por violência. Ele atinge crianças, adolescentes e adultos após experiência pessoal, testemunho ou conhecimento de eventos que põem em risco a vida ou a integridade física, própria ou de outros. Apesar da alta prevalência do TEPT na população geral, nem todas as pessoas que experienciam um mesmo evento traumático desenvolvem o transtorno.

Estudos sobre os fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento do TEPT revelam que:

- (A) intervenções psicoterápicas após o evento estressor concorrem para a prevenção do desenvolvimento do TEPT;
- (B) estratégias cognitivas e comportamentais de evitação das lembranças constituem fatores de proteção;
- (C) a resiliência e o precário apoio social após o trauma são fatores de risco no desenvolvimento dos sintomas desadaptativos;
- (D) a exposição a situações traumáticas prévias diminui o impacto do trauma e é um fator de proteção para o TEPT;
- (E) existe um risco maior de desenvolvimento do TEPT na população vítima de desastres naturais na comparação com a violência urbana.

62

O psicodrama criado por Jacob Levy Moreno pode ser definido como um método de pesquisa e intervenção nas relações interpessoais, nos grupos, entre grupos ou de uma pessoa consigo mesma. As diversas técnicas dramáticas utilizadas durante a representação foram pensadas por Moreno em relação com sua Teoria do Desenvolvimento dos Papéis. Cada uma delas cumpre uma função que corresponde também a uma etapa do desenvolvimento psíquico. A etapa em que há o Reconhecimento do Tu corresponde à técnica:

- (A) do duplo;
- (B) do espelho;
- (C) da inversão de papéis;
- (D) do solilóquio;
- (E) do silêncio.

63

“Entende-se que o vínculo emocional entre pais e filhos não decorre do modo de filiação e que as famílias adotivas também estabelecem vínculos com seus filhos tanto quanto as famílias biológicas. Entretanto (há) situações em que tal premissa não pôde ser confirmada, pois, apesar da convivência estabelecida, as crianças não foram acolhidas como filhos, ocorrendo uma desistência dos requerentes no processo de adoção em curso. Esses casos têm sido classificados como devolução de crianças.” (Pinho, P. G. R. Devolução: Quando as Crianças Não se Tornam Filhos. Guia de Adoção. São Paulo: Roca. 2014).

Sobre a devolução de crianças em processos de adoção, é correto afirmar que:

- (A) em casos justificados, comprovados por estudo técnico circunstanciado, a adoção é revogável;
- (B) crianças devolvidas não podem mais ser adotadas no país e passam a integrar o cadastro internacional de adoção;
- (C) crianças mais velhas e adolescentes mantêm a vinculação à família de origem e não se adaptam às famílias substitutas;
- (D) os pretendentes podem ter dificuldades em se implicar nos problemas de adaptação da criança real, culpabilizando-a pelo fracasso da relação;
- (E) a devolução reflete a falha das equipes técnicas em sua atribuição de prever as dificuldades que surgirão na convivência dos pretendentes com a criança.

64

A juíza Adriana Ramos de Mello, titular do 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, foi a vencedora da 11ª edição do Prêmio Innovare, na categoria juiz. A magistrada concorreu com o Projeto Violeta, em vigor no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que tem como objetivo garantir a segurança e a proteção máxima das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, acelerando o acesso à Justiça daquelas que estão com sua integridade física e até mesmo com a vida em risco.

Considerando o disposto na Lei Maria da Penha no tocante à atuação da equipe multidisciplinar nesses Juizados, é correto afirmar que:

- (A) na comprovação da prática de traição conjugal pela agredida, a equipe multidisciplinar atuará no sentido da justiça restaurativa, estimulando o perdão do agressor e a retirada da queixa pela ofendida;
- (B) a equipe multidisciplinar do Juizado indicará as entidades governamentais ou não governamentais que serão beneficiadas com as cestas básicas ou multas aplicadas ao agressor e fiscalizará sua entrega;
- (C) as hipóteses de violência psicológica e moral deverão ser submetidas à perícia prévia pela equipe multidisciplinar, podendo o juiz, em caso de confirmação, aplicar a pena de advertência ao agressor;
- (D) confirmada a violência familiar contra a mulher, caberá ao Juiz de Família aplicar ao agressor a medida de suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar;
- (E) a equipe de atendimento multidisciplinar poderá desenvolver trabalhos de orientação voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

65

No ano de 2014, o pai assistiu estarrecido às revelações sobre a trama que resultou na morte do menino Bernardo Boldrini.

“A promotora de justiça Dinamércia Maciel relembrou o momento em que Bernardo foi até o Ministério Público pedir para que tirassem sua guarda do pai. (...) Em audiência em 31 de janeiro, no entanto, o pai Leandro entrou em consenso com a Justiça e prometeu dar a Bernardo a chave de casa, um cachorro e outros pedidos, além da promessa de melhorar o ambiente familiar. “Ele disse que ia tentar se reconciliar com o filho. Mas contra psicopatas não há rede de prevenção imune”, salientou Dinamércia.” (Fonte: g1.globo.com)

São características do transtorno de personalidade antissocial:

- (A) a teatralidade nas emoções e a hipersensibilidade às críticas;
- (B) a falta de empatia e a superficialidade emocional;
- (C) a tendência ao isolamento e a afetividade limitada;
- (D) os sentimentos crônicos de vazio e a impulsividade;
- (E) as desconfianças infundadas e a falta de remorso.

66

Sobre o tema “Relação de Parentesco”, é correto afirmar que:

- (A) os parentes do cônjuge ou companheiro não possuem, para fins legais, relação de parentesco com os parentes do outro;
- (B) o parentesco em linha colateral provém de descendência comum;
- (C) o parentesco por afinidade alcança até o 4º grau na linha colateral;
- (D) na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento;
- (E) são parentes em linha transversal as pessoas que estão uma com as outras na relação de ascendentes e descendentes.

67

Joana, com dezesseis anos de idade, obtém o consentimento de seus pais e se casa, sob o regime da comunhão parcial de bens, com Vinicius.

Um ano após o casamento, o casal se divorcia.

Decidida a vender o imóvel recebido de seus pais por doação antes do casamento, Joana tem o registro da venda do imóvel obstado, ao argumento de que, sendo menor de dezoito anos, somente pode praticar os atos da vida civil devidamente assistida por seus responsáveis legais.

Considerando a situação trazida no problema, é correto afirmar que:

- (A) os menores de dezesseis anos são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de exercê-los;
- (B) a incapacidade para os menores cessa pelo casamento;
- (C) a incapacidade para os menores cessa aos dezoito anos completos, pela emancipação, pelo exercício de emprego público e pela colação de grau em curso de ensino superior;
- (D) a alienação de imóveis envolvendo menores de dezoito anos depende de assistência dos representantes legais, ainda que o menor já tenha contraído matrimônio;
- (E) a menoridade cessa aos 21 anos de idade, idade em que é permitida a prática pessoal de todos os atos da vida civil.

68

Maria foi casada com João e com ele teve três filhos, hoje com idades entre três e seis anos. No acordo celebrado pelo casal por ocasião do divórcio, ajustou-se que manteriam a guarda compartilhada dos filhos, pactuando, ainda, que as crianças pernoitariam com o pai duas vezes por semana. Um ano após o divórcio, João contrai novas núpcias com Vera.

Diante do novo casamento do ex-cônjuge, Maria decide não mais permitir o pernoite das crianças com o genitor, com o argumento de que o acordo antes celebrado foi dissolvido na parte referente aos direitos e deveres a eles relativos. Nesse caso:

- (A) o novo casamento de qualquer dos ex-cônjuges não implicará restrições aos direitos dos pais em relação aos filhos;
- (B) o novo casamento de qualquer dos ex-cônjuges implicará a revogação do direito ao pernoite com os filhos até que se comprove o bom relacionamento entre os filhos e o novo cônjuge;
- (C) o novo casamento do cônjuge implicará a revisão automática do dever alimentar para com os filhos menores, o qual deverá ser adaptado à nova realidade econômica daquele que constituiu nova família;
- (D) o novo casamento de qualquer dos cônjuges implicará a modificação completa do acordo celebrado por ocasião do divórcio;
- (E) a modificação do pacto celebrado por ocasião do divórcio em relação ao dever de contribuir para o sustento dos filhos menores ocorrerá automaticamente com o nascimento de filho havido em nova união por qualquer dos cônjuges.

69

José e Dalva, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, falecem deixando dois filhos menores impúberes, vasto patrimônio, mas sem deixar testamento.

Diante da grave situação dos menores, os avós maternos, o avô paterno e um tio passam a disputar o exercício da tutela das crianças, ajuizando, todos, medida judicial competente.

No curso do processo onde se decidirá sobre quem exercerá a tutela dos menores, constata-se que o avô paterno não tem a livre administração de seus bens, em razão de interdição judicial.

Verifica-se também que os avós maternos são pessoas de pouca instrução e de poucos recursos financeiros, apesar de manterem a vida econômica equilibrada e o casamento estável.

O tio dos menores, por sua vez, tem vasto patrimônio e uma família equilibrada.

Considerando os dados fornecidos pelo problema, é correto afirmar que a tutela dos menores deverá:

- (A) ser deferida ao tio, porque reúne todas as qualidades essenciais: é jovem, bem situado financeiramente e com vida familiar estável;
- (B) ser deferida a mais de um requerente, pois, havendo mais de um menor, ainda que irmãos, dar-se-á um tutor a cada um;
- (C) ser exercida por pessoa idônea, próxima às crianças e com formação intelectual capaz de bem gerir o patrimônio, considerando que os menores possuem vastos recursos financeiros;
- (D) ser deferida ao avô paterno, porque a família paterna tem preferência no exercício da tutela, em falecendo os pais sem deixar testamento indicando o tutor ou curador;
- (E) caber aos avós maternos, porque são ascendentes, mais próximos, destacando-se que a tutela não pode ser deferida a quem não tem a livre administração de seus bens.

70

Ana, casada com Roberto há dez anos, descobre que seu marido mantém relacionamento extraconjugal com Julia.

Depois de muita discussão, Roberto decide divorciar-se de Ana, deixando seus três filhos menores impúberes residindo em companhia materna.

Diante da ruptura da vida em comum, antes da concretização do divórcio, Ana decide ajuizar ação de alimentos em face do ex-cônjuge, buscando fossem concedidos para si e para os filhos.

Sobre o tema “Alimentos”, tratado na questão, é correto afirmar que:

- (A) o dever de prestar alimentos existe sempre para aquele que tem condições econômica de prestá-los, seja na hipótese de casamento ou união estável, independentemente de qualquer outro requisito;
- (B) o direito aos alimentos do cônjuge é indiscutível quando lhe couber residir com os filhos após o rompimento da vida conjugal;
- (C) o cônjuge culpado pela dissolução do casamento tem o dever de prestar alimentos ao cônjuge prejudicado como forma de reparar o dano;
- (D) a obrigação alimentar em relação ao cônjuge existe em havendo necessidade de quem pede e possibilidade de quem deve pagar;
- (E) o novo casamento do divorciado, advindo filhos da nova união, implica automática revisão da obrigação alimentar relativa ao primeiro casamento.

Realização

